

3

A REESCRITA DA NARRATIVA COLONIAL PORTUGUESA

Recebidos os diplomatas estrangeiros com o cerimonial do estilo em casos tais, foram estes sendo apresentados, sucessivamente, aos enviados do rei do Congo, que depois de ouvirem, impassivelmente, nomear o país e a qualidade dos embaixadores francês e inglês, sem a mais leve manifestação de curiosidade ou respeito, foram apresentados ao representante de Portugal. Imediatamente, os sobas, abandonando a atitude de indiferença em que se tinham conservado, e, batendo três vezes as palmas, inclinaram-se diante dos portugueses em profunda reverência, exclamando:

- *Tátéculo! Tátéculo! Tátéculo!*

O nome de Portugal era o único que conheciam e o único que os impressionava!

Henrique Galvão

A epígrafe que abre este capítulo constitui um fragmento de *Dembos*, obra em que Henrique Galvão descreve as operações militares portuguesas realizadas com o intuito de dominar a região angolana homônima. Trata-se de um dos exemplares de “Pelo Império”, coleção de título sugestivo publicada pelo Ministério das Colônias da República Portuguesa (posteriormente designado Ministério do Ultramar), em resposta à necessidade de se produzir narrativas – como já faziam os ingleses e os franceses – que instaurassem uma mentalidade colonial entre os portugueses na metrópole.

Em *A Gramática do Tempo*, Boaventura de Sousa Santos (2006) comenta que, “no domínio dos discursos coloniais, o caráter periférico do colonialismo português reside no fato de, a partir do século XVII, a história do colonialismo ter sido escrita em inglês e não em português” (2006, p. 230-1). Tal fato implica a existência, nas narrativas em língua inglesa, de uma caracterização “primitiva” e “selvagem” do povo português, semelhante à encontrada nos textos em que os portugueses discorriam a respeito dos povos de suas colônias.

Assim, enquanto em *O sol dos trópicos* – romance de Henrique Galvão publicado em 1936 – o homem africano é descrito como um homem primitivo, cujo atraso evolutivo lhe dava a seguinte feição:

Era um tipo repelente de animal bravo. A sua expressão anatômica oscilava entre a do homem e a do símio. [...] Se realmente é de admitir que o homem descende do macaco e se as certezas científicas de Darwin são mais alguma coisa do que habituais fantasias duma Ciência, que todos os dias nega o que ontem afirmou para dar lugar a uma nova afirmação, os muncalas representam, dentro dessa verdade, o ser em transição. (GALVÃO *apud* SANTOS, 2007b, p. 67)

Em textos da literatura inglesa, tais como o poema “Peregrinação de Childe Harold”, escrito por Lord Byron ao visitar Portugal em 1809, lê-se Portugal sendo descrito como: “Nação impando de ignorância e orgulho. [...] Palácio e cabana são igualmente imundos; seus morenos habitantes educados sem asseio; e ninguém, fidalgo ou plebeu, cuida da limpeza do casaco ou da camisa [...] os cabelos por pentear, mal asseados, indiferentes” (BYRON *apud* SANTOS, 2006, p. 253).

De fato, a partir do século XVIII - época em que o domínio da Inglaterra sobre Portugal cada vez mais se acentuava -, a imagem lusitana veiculada pela literatura e pela história inglesa adquiria novos traços de negação e de negatividade. Sendo concebida segundo a perspectiva do colonialismo britânico, era freqüentemente desprestigiada, com o intuito de questionar a capacidade do colonizador português para promover a missão colonizadora na África. Essa situação culmina entre os portugueses, no aparecimento de um problema de auto-representação semelhante ao enfrentado pelos povos colonizados pelos ingleses, ou seja, “o problema da prevalência de uma hetero-representação que confirma sua subalternidade” (SANTOS, 2006, p. 231).

Diante deste contexto, é possível afirmar que o sentimento ufanista verificado em Portugal com o advento do Estado Novo, resulta da necessidade de se veicular um discurso que valorize o povo português, e desfaça a imagem de “povo retrógrado, supersticioso, sujo, preguiçoso, ciumento, vaidoso, ignorante, desonesto, tolhido pela tirania do Estado e da Igreja” (SANTOS, 2006, p. 253), que fora até então difundida pelos ingleses.

É assim que, após a experiência traumática do Ultimato inglês - e principalmente com o advento do Estado Novo -, percebe-se a necessidade de retomar a ocupação do continente africano e, mais do que isso, de difundir obras que reforçassem a superioridade do império português. É este o caso das narrativas escritas por Henrique Galvão, um dos escritores mais premiados no Concurso de Literatura Colonial promovido pela Agência Geral das Colônias no período do Estado Novo.

3.1 O discurso do colonizador

O capitão do exército Henrique Galvão é frequentemente lembrado como “figura de grande protagonismo na cena angolana [...] que acabará por rematar a sua agitada carreira política, em janeiro de 1961, ao inaugurar [...] a prática moderna da pirataria política com o assalto e desvio do paquete Sta. Maria” (CARVALHO, 2007, p. 12). Contudo, apesar da intrínseca ligação do assalto ao navio português com a eclosão da guerra colonial, definitivamente Henrique Galvão não pode ser considerado um herói da história de Angola ¹.

Em seu “Relatório da Huíla” (escrito no período em que foi governador desse distrito – fevereiro a junho de 1929), assim como em seus textos literários, Galvão deixou registrado seu desejo de promover na África a “civilização” e cristianização dos “nativos” e, com isso, contribuir para que Portugal afirmasse sua missão imperial perante o mundo.

Na década de 1930, as idéias evolucionistas de Charles Darwin ainda eram cientificamente propagadas pelo continente europeu. Seu desdobramento no chamado darwinismo social, atrelado à difusão crescente de uma concepção eugênica, possibilitava a justificação das práticas coloniais pelos portugueses (DIWAN, 2007). Neste contexto

[...] não se tratava de, como no tempo da escravatura, proteger os africanos ensinando-lhes o caminho da redenção religiosa pela evangelização, mas de os promover à civilização dado o seu atraso “natural” e “cientificamente” justificado pela teoria da hierarquia das raças. Neste mundo em que, como Nietzsche tinha declarado, Deus tinha morrido, cabia às “raças superiores” desempenhar esse papel civilizacional, através de um Estado administrativamente organizado e investido desse “dever de intervenção”, de acordo com a ideologia da época. (RIBEIRO, 2004, p. 24)

Se a ideologia colonial vigente naquele momento concebia os africanos como seres selvagens de comportamento animalesco – uma espécie intermediária

¹ Em janeiro de 1961, Henrique Galvão assaltou o Paquete Santa Maria, e tentou desviar sua rota com o objetivo de iniciar uma luta contra o salazarismo. Por meio desta iniciativa, Galvão se mostrou não mais como um apoiador de Salazar, mas como opositor do Estado Novo. Ao mesmo tempo chamou a atenção do mundo não apenas para a falta de liberdade em Portugal, mas também para a relação conturbada que o país tinha com suas colônias. Em fevereiro, o assalto ao paquete chegou ao fim, enquanto que, em Luanda, as prisões foram invadidas com o intuito de libertar dirigentes e militantes que ali cumpriam pena. No mês seguinte, ocorre uma sublevação no Norte de Angola. É o início da guerra colonial.

entre o macaco e o “homem apurado da Europa” (GALVÃO *apud* ZILHÃO, 2006, p. 100) –, cuja civilização e cristianização deveria ficar a cargo de homens culturalmente superiores, para Galvão (que se apoiava no mito do império português), ficava bastante claro que a missão de Portugal era a de criar um império uno e indivisível, em que os territórios ultramarinos fossem modelados à imagem e semelhança da metrópole, e seus habitantes, convertidos em metropolitanos. (ZILHÃO, 2006).

Henrique Galvão condenava a forma como a economia pastoril era estruturada em Angola e não via sentido no fato de os pastores criarem bois e raramente matá-los para consumo próprio ou para venda: “Os seus bois nascem, envelhecem e morrem – e só em casos excepcionais são vendidos. É sempre com muita relutância que o indígena se desfaz de qualquer cabeça de gado” (GALVÃO *apud* ZILHÃO, 2006, p. 67). Como solução para o “problema”, o então governador da Huíla sugeria o estabelecimento de casas comerciais no interior como forma de despertar sua cobiça. Assim, desejosos de possuírem os objetos à venda, os indígenas automaticamente decidiriam trabalhar.

A percepção de Galvão em relação aos indígenas era, portanto, redutora e preconceituosa, uma vez que esses eram percebidos como indivíduos incapazes de pensar racionalmente. Eram seres “primitivos” que deviam ser “civilizados” por meio de sua ocidentalização, processo no qual os indígenas seriam transformados em consumidores, trabalhadores assalariados, e pagadores de impostos. Evidenciava-se assim a importância da ida dos portugueses para a África para, em uma missão heróica e imperiosa, libertar o indígena de seu suposto atraso evolutivo (ZILHÃO, 2006).

Neste ponto, as idéias de Henrique Galvão eram idênticas às de António de Oliveira Salazar. Para se dimensionar a aproximação do modo de pensar de ambos, basta, por exemplo, lembrar que o *Acto Colonial* de 1930 – documento promulgado no momento em que Salazar assume a função de Ministro das Colônias –, além de declarar que pertencia à “essência orgânica da Nação portuguesa a missão histórica de possuir e colonizar territórios ultramarinos, e de civilizar as populações indígenas neles compreendidas” (MARQUES, 1998, p. 679), defendia a proteção dos interesses portugueses dos interesses estrangeiros, e instituía o trabalho obrigatório para os indígenas.

Os textos literários de Henrique Galvão, por sua vez, inseridos na chamada literatura colonial portuguesa, ajudavam a manter viva a crença em um império centenário, e a fomentar uma mentalidade colonial que perdura entre os portugueses ainda hoje:

Dentro do espírito reinante na época, os seus escritos, fossem eles de ficção ou não, traduziam uma ideologia imperial própria do Estado Novo, consolidando mitos, preceitos e pré-noções de cem anos após a perda do Brasil, ainda marcados pelo desencanto. Em Portugal, cada vez mais se criara uma mentalidade colonial e, ao mesmo tempo, o seu império ultramarino era uma extensão da Nação. Nesse *corpus* ideológico, Nação e Império eram apresentados como intercambiáveis. Os portugueses reforçavam a sua missão auto-atribuída de povo colonizador, desbravador e intrépido, com vocação missionária, portador da Fé e da Civilização a todos os recantos do Império. Estas idéias, explícitas ou implícitas, encontravam-se, em variados graus e em diferentes intensidades nos escritos de Galvão, sendo os romances a expressão dessas idéias. (ZILHÃO, 2006, p. 87-8)

Os romances de Galvão materializavam a imagem de um império que não existia mais. Discursivamente essa estratégia se revelava por meio da hipervalorização do colonizador português, e pela exposição de uma visão estereotipada do povo colonizado. Como comenta Bhabha, “o objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução” (2007, p. 111).

Neste sentido, para Henrique Galvão (1935), os grandes feitos do passado português constituíam “um padrão de glória imorredouro para qualquer povo colonizador” (1935, p. 7), pois, em uma época em que nem Inglaterra nem França haviam pensado em estratégias de colonização, Portugal já havia colonizado o Brasil. Além de reforçarem a concepção dos africanos como indivíduos menos evoluídos, as obras de Galvão destacavam traços negativos de personagens com origem diversa da portuguesa, deixando transparecer a obsessiva preocupação da sociedade portuguesa do início do século XX com a recuperação da imagem de centro que Portugal havia perdido.

Eis então a razão pela qual, tomando a ficção como realidade, o colonialista Henrique Galvão expunha em seus textos imagens da metrópole como centro de um império universal, de onde irradiavam “princípios, leis, fundamentos, modelos, saber e poder” (RIBEIRO, 2004, p. 27).

Como explica Albert Memmi:

O colonialista não é, em suma, senão o colonizador que se aceita como colonizador. Que, em consequência, explicitando sua situação, procura legitimar a colonização. Atitude mais lógica, efetivamente mais coerente que a dança atormentada do colonizador que se recusa, e continua a viver na colônia. Um tenta, em vão, pautar sua vida, unificar e justificar sua conduta. Em resumo, o *colonialista é a vocação natural do colonizador*. (MEMMI, 1977, p. 51-2, *grifo do autor*)

Em suas narrativas, portanto, Henrique Galvão faz de seu discurso uma ferramenta por meio da qual pode não apenas reivindicar e defender seu lugar, como também convencer a todos (inclusive a ele mesmo) de que a vitória colonial lhe pertence. “Daí seu encarniçamento, surpreendente por parte de um vencedor, em aparentes futilidades: esforça-se por falsificar a história, faz reescrever os textos, apaga memórias. Não importa o quê, a fim de conseguir transformar sua usurpação em legitimidade” (MEMMI, 1977, p. 57).

Em sua crônica de Galvão intitulada “O branco que odiava as brancas”, a primeira referência em relação a um indivíduo não-português aparece já no parágrafo introdutório: “Era um inglês. Chamava-se Perkins e dizia-se que porvinha d’uma das melhores famílias da velha Inglaterra” (GALVÃO, 1929, p. 179). Porém, se a princípio a referência à origem do inglês parece valorizar a caracterização do personagem, posteriormente o que se verificará é uma descrição cada vez mais depreciativa a seu respeito. No decorrer da crônica, Perkins será descrito como

[...] um inglês neurastênico, de rosto aspero como um madeiro e olhar frio como um punhal, que passava os dias inteiros sentado à porta da barraca, com o queixo anichado nos punhos, esquecido do grego, esquecido de tudo, a olhar decerto para os episódios antigos d’uma história, que ninguém sabia. [...] Nenhum homem, decerto, personificou tão completamente a figura da indiferença – uma indiferença gelada, imóvel, noturna, como certas formas da loucura mansa. (GALVÃO, 1929, p. 180-1)

Tendo vivido na África cerca de quatorze anos, Perkins mostrava-se plenamente adaptado ao mundo africano e esquecido de sua origem européia. Para o narrador da crônica, este fato era lastimável, pois, ainda que o inglês vivesse há um longo tempo no continente africano, seu laconismo e sua falta de interesse em relação aos europeus não se justificavam. Segundo sua perspectiva, o abandono de hábitos ocidentais era uma regressão e, por conta disso, toda vez que

Perkins metia-se mato adentro, alimentava-se de frutas e de carne crua, e dormia sob uma árvore quando a noite fechava, acabava por se mostrar como um ser humano menos evoluído: meio humano, meio animal.

Redigida com propósitos colonialistas, a crônica evidencia a crítica à cafrealização² do inglês. No período colonial, um indivíduo cafrealizado era estigmatizado pela sociedade portuguesa, pois seus comportamentos eram classificados como não-civilizados, selvagens. Tal leitura tende pois, “a ver na cafrealização a debilidade e a incompetência de um Próspero que não pôde ou não soube escapar a ela. A estigmatização da cafrealização [...] é a expressão da degenerescência que arrastou no seu atraso o atraso dos colonizados” (SANTOS, 2006, p. 262).

Com o mesmo intuito, o grego, enquanto representação daquele que não é português, aparece pejorativamente descrito na crônica:

O grego era um homem grosseiro, tisonado como um *bushman*, rijo e atarracado como um hibondeiro, um animal de presa, n’aquelas florestas imensas, onde ser um bom animal é a condição d’uma vida desafogada. Conflituoso, destrambilhado e rude, sentia no inglez, muito mais um rival, do que um companheiro. (GALVÃO, 1929, p. 180)

No trecho acima transcrito, a comparação estabelecida entre o grego e o imbondeiro – árvore africana considerada sagrada pelos angolanos – evidencia a crítica à africanização do grego, ao mesmo tempo em que deixa transparecer o estágio de desenvolvimento superior do português em relação aos africanos e aos demais europeus (representados na crônica pelo grego e pelo inglês).

Comparado ao inglês, o grego apresenta como “agravante” o fato de ser pai de um mulato, o qual, ao final do texto, aparece para reivindicar os bens a que tinha direito. Segundo Francisco Noa, os mulatos são a representação de uma ambigüidade racial e cultural, e povoam as narrativas coloniais “como párias – olhados como diferentes pelos negros e com indiferença pelos brancos – e acabam por se conformar, mesmo que ressentidos, em viver com (e como) a mãe, ou então acham-se na condição ‘salvífica’ rara, de serem aceites no mundo dos brancos” (2002, p. 308).

² Criado a partir do substantivo *cafre* – indivíduo do grupo banto Cafraria, que vive sobretudo da agricultura e da caça – o termo cafrealização era usado pejorativamente no início do século XX para designar a incorporação de hábitos africanos por europeus, processo este contrário à assimilação, prática na qual os hábitos portugueses eram incorporados por africanos (SÁ, 2004).

No que tange à caracterização do grego e do inglês, ambos os personagens são descritos de forma bestializada pelo narrador. São percebidos como animais que convivem em circunstâncias nas quais a fala (ato propriamente humano) está praticamente ausente. Como afirma o narrador, os dois caçadores são capazes de ficar semanas sem trocarem uma palavra entre si. São rivais, muito mais do que companheiros (GALVÃO, 1929).

Charles Darwin, em sua consagrada obra *Origem das Espécies*, explica que os indivíduos mais desenvolvidos, devido à “conservação das diferenças e das variações individuais favoráveis e à eliminação das variações nocivas” (2003, p. 94) são justamente aqueles que, na luta pela existência, apresentam maior probabilidade de continuar a viver e de se reproduzir.

Neste contexto, a alteração da condição inicial da existência de um grupo – no caso da crônica de Galvão, a ida de europeus para Angola –, seria um processo favorável à seleção natural, já que uma ligeira modificação nos hábitos de cada um deles acabaria por indicar a superioridade de um deles sobre os demais. Na obra, o naturalista ainda comenta que:

Não se poderia citar país algum cujos habitantes indígenas estejam atualmente tão perfeitamente adaptados uns aos outros, tão absolutamente em relação com as condições físicas que os rodeiam, que não haja lugar para qualquer aperfeiçoamento; porque, em todos os países, as espécies nativas têm sido tão completamente vencidas pelas espécies aclimatadas, que têm deixado algumas destas estranhas tomar definitivamente posse do solo. Ora, tendo as espécies estranhas vencido assim, em cada país, algumas espécies indígenas, pode concluir-se que estas últimas poderiam modificar-se com vantagem, de forma a melhor resistir às invasoras. (DARWIN, 2003, p. 96)

Do ponto de vista darwiniano, o que se observa na crônica de Galvão, é justamente o fato contrário: em vez de os nativos se adaptarem aos hábitos do grego e do inglês, os dois se angolanizaram em sua ida para a África. E, se a “seleção natural procura, a cada instante e em todo o mundo, as variações mais ligeiras; repele as que são nocivas, conserva e acumula as que são úteis” (DARWIN, 2003, p. 97), pautada por uma concepção evolucionista, a crônica evidencia a impossibilidade de seus protagonistas permanecerem vivos. Assim, ao seu final, só resta a voz do narrador: a voz do colonialista português.

Qual é, então, o papel que deveria ser assumido pelo colonizador português no início do século XX?

Para Henrique Galvão, assim como para o narrador da crônica, a resposta é uma só: Civilizar os indivíduos menos evoluídos. Para efetuar essa missão, os colonialistas portugueses se apoiavam nas idéias de Charles Darwin, e em seus desdobramentos na antropologia. Além disso, atreladas às concepções darwinistas, estavam as práticas da eugenia, por meio das quais os colonialistas portugueses procuravam “alcançar a melhoria das qualidades físicas e morais de gerações futuras, principalmente pelo controle social dos matrimônios” (MATOS, 2006, p.2).

Eis a razão, portanto, pela qual Norton de Matos, ao ocupar o cargo de Alto-Comissário de Angola (de 1911 a 1915, e de 1921 a 1924), impõe a necessidade de brancos e negros não se misturarem nem se fundirem. De acordo com a determinação do Alto-Comissário, a colonização por famílias portuguesas deveria excluir por completo os indivíduos de raça negra, e implantar no sertão africano o estilo arquitetônico das aldeias de Portugal. Esses seriam os novos núcleos habitacionais para os brancos. Já a população negra, seria preparada para realizar serviços braçais, que não promovessem um desenvolvimento intelectual a ponto de lhes trazer a possibilidade de ascensão social (MATOS *apud* MOURÃO, 1978).

“O branco que odiava as brancas” é elaborada por Galvão a partir desta mesma mentalidade. Neste sentido, seu título é bastante significativo, pois não apenas deixa clara a aversão do branco por mulheres de pele clara, mas também possibilita deduzir que o inglês se sentia atraído por mulheres negras. Se, no início do século XX a perspectiva eugênica concebia a mistura de raças como uma ameaça, o ódio nutrido por Perkins em relação às brancas seria, então, considerado um comportamento igualmente desprezível.

Segundo a visão colonialista portuguesa da época, a mestiçagem era uma doença que precisava ser erradicada. Sir Perkins, por seu provável desejo por mulheres negras, é então a personificação desta doença: um sujeito neurastênico mergulhado em uma loucura mansa, a quem a simples referência a uma mulher branca incomodava, enchia de mal estar, e deixava seus olhos repletos de um brilho mau (GALVÃO, 1929).

O narrador de “O branco que odiava as brancas” descreve o inglês como um fugitivo: como um caçador que, por desrespeitar a proibição da caça em seu país, fugiu das autoridades inglesas para a África. Perkins é, portanto, concebido na

narrativa como personificação daquilo que um colonizador jamais poderia ser. É um sujeito que tal como Kurtz – o grande colonizador do romance de Conrad – enlouquecera e, em consequência disto, não apenas se mostrava indiferente aos demais europeus, como também, em uma terra em que as mulheres brancas “são raras e mais desejadas do que a Fortuna” (GALVÃO, 1929, p. 181), não tolerava qualquer referência a elas.

Convém destacar o último fato mencionado. Já em seu título, a crônica de Galvão revela a intranquilidade de um colonialista português que, embora recuse as semelhanças com o Outro que descreve, não consegue negar o caráter fetichista de seu ato. Como explica Bhabha, “a construção do sujeito colonial no discurso, e o exercício do poder colonial através do discurso, exige uma articulação das formas das diferenças raciais-sexuais” (2007, p. 107). É, por meio, portanto, da afirmação de tais diferenças que o sujeito colonial constrói sua imagem como ser superior e a expõe.

O discurso colonial é um discurso ambivalente. Constrói-se a partir da exposição de uma alteridade “que é ao mesmo tempo um objeto de desejo e escárnio, uma articulação da diferença contida dentro da fantasia de origem e da identidade” (BHABHA, 2007, p. 106). Nele a miscigenação e a assimilação são percebidas como práticas transgressoras, pois remetem claramente à aproximação entre colonizado e colonizador. Nas narrativas coloniais, esta aproximação torna-se uma ameaça à imagem que o colonizador deseja veicular de si. É a diferença que atua como aparato de poder, e que textualmente se revela no reconhecimento e no repúdio de caracteres raciais, culturais e históricos diversos do português.

Como fica evidenciado no título da crônica de Henrique Galvão, é a partir da caracterização do inglês como indivíduo que recusava qualquer aproximação (inclusive sexual) com mulheres brancas que o colonialista português define seu lugar. Ele não é como o inglês, tampouco como o negro. É melhor que ambos. É por meio da “articulação estratégica de ‘coordenadas do saber’ – racial e sexual” (BHABHA, 2007, p. 115) que o discurso colonial de Galvão se constrói.

Francisco Noa (2002) a este respeito acrescenta que os títulos e os subtítulos são os registros mais performativos do discurso colonial, pois induzem a leitura da narrativa em um sentido determinado. Há então, por trás de sua escolha, uma intencionalidade explícita, a de levar o leitor a partilhar do ponto de vista do autor:

A adjetivação fluante dos subtítulos temáticos (africano, colonial, moçambicano) é reveladora da intranqüilidade que assalta os intentos legitimadores da escrita colonial no concernente à sua identificação com o universo que procura representar.[...]

As sugestões da “cor local”, expresso do apelo incontornável do exótico, assentam também no recurso a referências inusitadas para o olhar, para os ouvidos e para a memória cultural do metropolitano, tanto de pessoas [...], lugares [...], como de eventos.

Portanto, os títulos e subtítulos, dado o seu valor semântico, performativo e pragmático – ao nomearem uma dada obra, fazem não só sua síntese, como modelam o horizonte expectacional do leitor – constituem, por isso, fundamentos intorneáveis da estratégia de autocertificação do romance colonial (NOA, 2002, p. 372-3)

Na crônica de Galvão, o colonizador português se mostra, então, superior ao inglês. O texto simplesmente desconsidera o fato de que o envolvimento de homens brancos com mulheres negras era prática comum mesmo entre os portugueses – ainda que não fosse juridicamente legitimada, tampouco aprovada socialmente, pois implicava a ocorrência de “*cruzamentos* com seres assumidos como inferiores” (NOA, 2002, p. 300, *grifo do autor*).

Nesta leitura, a cafrealização é o não-dito que sustenta um processo contrário, que marcará indelevelmente a situação colonial nos espaços de língua oficial portuguesa – a assimilação. Ela é um duplo não-dito. É um não-dito da assimilação porque é uma assimilação invertida, assimilação de Próspero por Caliban. Mas é também o não dito da imposição cultural que caracteriza a colonização, seja ela assimilacionista ou não, porque é uma identidade negociada. (SANTOS, 2006, p. 262)

Na situação colonial, a mulher negra surge como a grande vilã. É ela a responsável pela miscigenação. Em conseqüência disto, sua imagem acaba por ser estigmatizada como grande fator de degeneração social (SANTOS, 2006).

Porém, apesar de ser vista como uma ameaça, a mulher negra também é alvo de um desejo que o colonizador recusa a todo custo. Segundo Bhabha, ela é a responsável pelo surgimento de um fetichismo que funciona como reativação do “material da fantasia original – a ansiedade da castração e da diferença sexual – e como uma normalização daquela diferença e perturbação em termos do objeto fetiche como substituto para o pênis da mãe” (BHABHA, 2007, p. 116). Como pormenoriza o teórico:

O fetichismo, como a recusa da diferença, é aquela cena repetitiva em torno do problema da castração. O reconhecimento da diferença sexual – como pré-condição para a circulação da cadeia de ausência e presença no âmbito do simbólico – é recusado pela fixação em um objeto que mascara aquela diferença e restaura uma presença original. [...] o fetichismo é sempre um “jogo” ou vacilação entre a afirmação arcaica de totalidade/similaridade – em termos freudianos: “Todos os homens têm pênis”; em nossos termos: “Todos os homens têm a mesma pele/raça/cultura” – e a ansiedade associada com a falta e a diferença – ainda, para Freud: “Alguns não têm pênis”; para nós: “Alguns não têm a mesma pele/raça/cultura”. [...] O fetiche ou estereótipo dá acesso a uma “identidade” baseada tanto na dominação e no prazer quanto na ansiedade e na defesa, pois é uma forma de crença múltipla e contraditória em seu reconhecimento da diferença e recusa da mesma. Isto porque a cena do fetichismo é também a cena da reativação e repetição da fantasia primária – o desejo do sujeito por uma origem pura que é sempre ameaçada pela sua divisão, pois o sujeito deve ser dotado de gênero para ser engendrado, para ser falado. (BHABHA, 2007, p. 117)

Ainda segundo Bhabha (2007), quando o colonizador recusa a diferença da mulher negra, afirma a positividade da sua brancura. Assim, “no ato da recusa e da fixação, o sujeito colonial é remetido de volta ao narcisismo do imaginário e sua identificação de um ego ideal que é branco e inteiro (BHABHA, 2007, p. 118).

Em “O branco que odiava as brancas”, a mulher angolana que não se mostra (mas cuja existência pode ser inferida) desempenha, portanto, um papel significativo para o esclarecimento da narrativa colonial. Significativo a ponto de, quase 70 anos depois, sua imagem ser incorporada n’*Os Papéis do Inglês* por meio da personagem da mulata muda que, pouco antes do suicídio do inglês, inflamou-se e chorou quando achou que ele ia se entregar às autoridades:

Ora, quando Archibald chega ao acampamento o que lhe acontece não é agarrar, para fazer via com ela, a menina mulata e muda que lhe trazia o chá, de cabelos ainda molhados pelo banho recente e vestida de lavado para assistir, agachada à sua frente, a saia inocentemente entalada entre as coxas descobertas até meio, aos seus concertos na vastidão do leste, e se inflama e chora quando o vê partir para entregar-se às autoridades, no posto. Abate mas é a tiro tudo quanto mexe à sua volta e dispara depois contra o seu próprio peito enquanto à volta as chamas lavram e o avô do Paulino, o Ganguela-do-coice, sai a correr de onde está escondido vigiava para, horrorizado, ainda assim lhe saltar primeiro por cima do corpo para entrar na tenda e ver se salvava o violino, as pautas e os livros do fogo, alvos preciosos do seu remoto e fiel fascínio, mais os papéis que eu agora consultava. O que se tinha passado é que a mulata muda também já lá não estava, tinha sido, com as armas, o marfim e o pessoal do Grego, levada pelo Mulato para além da fronteira, para além de todas as fronteiras. (CARVALHO, 2007, p. 175-6)

Todavia, se a mulher angolana é importante tanto para o entendimento da crônica de Galvão (na qual a africanização do inglês aparece como elemento desencadeador de sua deterioração moral e mental), como do romance de Ruy Duarte de Carvalho (em que o desejo físico do inglês pela mulata é insinuado), por que ela não se mostra claramente no texto de Galvão, e sua existência só pode ser inferida a partir de pistas textuais obscuramente expostas?

Gayatri Spivak, em seu texto “Can the Subaltern Speak?” esclarece o caráter complexo desta situação quando afirma que, “in the context of colonial production, the subaltern has no history and cannot speak, the subaltern as female is even more deeply in shadows” (*apud* NOA, 2002, p. 325). Logo, a mulher angolana cuja existência apenas se insinua na crônica de Galvão (e cuja fala não se revela), assim como a mulata muda d’*Os Papéis do Inglês*, são personagens que refletem em suas (não) ações um contexto de opressão colonial que lhes cala as vozes, e lhes nega os papéis de protagonistas sociais.

3.2 Uma nova versão para a crônica de Galvão

Ao final do século XX, a produção literária de Henrique Galvão é revisitada por Ruy Duarte de Carvalho. Tomado em circunstâncias diferentes, o discurso do colonialista se revela como um novo discurso, processo este outrora evidenciado pelo Quixote de Ménard.

Em seu romance *Os Papéis do Inglês*, o escritor angolano dialoga com a crônica “O branco que odiava as brancas” (escrita por Galvão em 1938, e publicada no ano seguinte no livro *Em Terra de Pretos*), e propõe uma nova versão para os fatos narrados. Neste processo, ao ser ficcionalmente incorporada, a perspectiva antropológica pós-moderna do autor implica a existência de um narrador que adota um papel semelhante ao de um investigador: de alguém que se dirige às imediações de onde ocorreu um crime (o assassinato de um grego por um inglês), para confrontar versões, ouvir relatos e, ao final, deixar registrada a sua interpretação sobre o fato.

Todavia, a narrativa de Galvão é expandida por este narrador. Ele reconhece que, subjacente ao ato de violência narrado por Galvão, há um ato de violência

que não deve ser ignorado: o que se vincula à colonização. Ao mesmo tempo, também reconhece que escrever sobre o passado não é nunca um ato desvinculado do tempo em que se escreve.

É em razão disto que o longo subtítulo da obra – “narrativa breve e feita agora (1999, 2000) da invenção completa da estória de um Inglês que em 1923 se suicidou no Kwando depois de ter morto tudo à sua volta segundo uma crônica de Henrique Galvão” (CARVALHO, 2007, p. 3) – traz em destaque o momento da reescrita da crônica de Galvão. Isto significa que os fatos ocorridos em Angola na virada do milênio (com destaque para a guerra civil e suas implicações sócio-culturais) não são ignorados pelo narrador do romance, que os questiona e sobre eles reflete.

Com o objetivo de aumentar as possibilidades de experimentação no presente, e a partir de um olhar que se volta para o passado, o narrador percebe, então, a atual configuração social angolana como produto não apenas de seu passado colonial, mas também das ações (nem sempre bem-sucedidas) promovidas pela elite do país após a independência. Assim, afirma que:

Por toda a Angola se consome e vive como se o mundo fosse acabar amanhã, se calhar vai mesmo, e não há que reservar seja o que for para um impossível mais tarde. Ou talvez tirar o rendimento imediato possível do que se tem à mão. Também ali ia ser assim e todavia não era por razões de crise. Angola é grande e enganosa até inscrever no panorama geral da sua crise expressões de sofreguidão que afinal são antes de cultura e de sistema. (CARVALHO, 2007, p. 148)

Crise, neste caso, não significa, contudo, atraso tecnológico ou ausência de desenvolvimento. O que o narrador reivindica é justamente um novo olhar, que deixe de associar o despojamento tecnológico à miséria. Colocar isso em causa possibilitaria, então, o confronto da “redenção igualizante da ideologia do progresso, do crescimento, do crescimento económico e da acumulação de capitais financeiros, ao elogio [...] de uma prosperidade possível nos terrenos do equilíbrio e da redistribuição” (CARVALHO, 2007, p. 150).

Como o próprio narrador esclarece, nos tempos atuais os pensamentos iluministas e evolucionistas ainda dominam boa parte da produção ideológica e cultural produzida, aferindo a “qualidade dos homens segundo escalas físicas, primeiro, e depois segundo uma hierarquização das culturas, mas a fundamentar o mesmo espírito do império, ainda quando disfarçados de um igualmente abjeto

paternalismo” (CARVALHO, 2007, p. 151). Assim, o que se busca n’*Os Papéis do Inglês* é o questionamento desses discursos fomentadores de um espírito imperial, e sua substituição por discursos que não apenas percebam as identidades angolanas sob nova perspectiva, mas que também as valorizem.

No romance de Ruy Duarte de Carvalho, portanto, o fato de o narrador partir de uma crônica de Henrique Galvão publicada em 1929, reescrevê-la, acrescentar-lhe novas informações é acima de tudo um modo de se trazer à tona o questionamento dos discursos produzidos segundo a mentalidade do colonialismo português. Neste sentido, ao mesmo tempo em que a obra se aproxima da crônica “O branco que odiava as brancas”, de Henrique Galvão, também dela se distancia, na medida em que não tematiza a morte de Perkins – o inglês que matou tudo a sua volta e depois se suicidou –, mas sim a reescrita dessa história por um cidadão angolano, antropólogo e escritor. Em suma, por um intelectual comprometido com seu povo e com seu tempo.

“O branco que odiava as brancas”, ainda que parta da concepção de que os territórios colonizados são uma extensão da metrópole, denuncia em seu título a existência de um narrador que se encontra no espaço do Outro. Seu discurso é produto de um olhar externo a Angola, influenciado por suas motivações ideológicas enquanto colonialista português. Já n’*Os Papéis do Inglês*, de Ruy Duarte de Carvalho, o propósito que se verifica na obra é claramente outro. Produzida em resposta a um pacto estabelecido com a “destinatária que se insinua e instala no texto” (CARVALHO, 2007, p. 7), a narrativa evidencia, logo em seu início, o desejo do narrador em contar a história do suicídio do inglês segundo uma nova perspectiva:

A narração daquela estória que prometi contar-te, a do suicídio de um Inglês no interior mais fundo de Angola e nesta África concreta de que tu, e todo o mundo, tão pouco realizam no exacto fim deste século XX fora de um imaginário nutrido e viciado por testemunhos e especulações que afinal se ocupam mais do passado europeu que do africano – e pelas versões mediatizadas, e de plena má-fé, às vezes, da aberração do presente – poderia, a ser levada avante, começar aqui e agora. (CARVALHO, 2007, p. 12)

Todavia, ao contrário do que se poderia supor, a nova versão sobre a morte do inglês não começa a ser narrada de fato. Antes disto, o narrador comenta as circunstâncias que o impulsionaram a escrever a obra, dentre as quais estão o

encontro casual do livro de Galvão, e a discussão de “O branco que odiava as brancas” com Paulino e David – os dois informantes que acompanhavam o narrador antropólogo em seu trabalho etnográfico.

Paulino, na verdade, é um companheiro de viagens de Ruy Duarte de Carvalho que, desde que fora transformado em personagem em *Vou lá visitar pastores*, aparece reiteradamente na produção ficcional do autor. A destinatária do narrador d’*Os Papéis* tem conhecimento deste fato. Esta é a razão pela qual o narrador lhe diz:

Voltaste a pegar nos *Pastores*...? Prometeste fazê-lo enquanto eu agora andasse por aqui. Vê onde diz que o Paulino é um Ganguela dos que vivem há muito tempo no Namibe e me acompanha, como assistente, ajudante, desde que aqui comecei a vir, e o David, seu sobrinho, tem crescido ao nosso lado. (CARVALHO, 2007, p. 13)

A partir de então, o que se evidencia é uma escrita que parte do entrelaçamento de dados biográficos (sejam os traços referenciais da vida de Ruy Duarte de Carvalho ou até mesmo a de Paulino) com a literatura e a antropologia, fato que leva o narrador a fazer a seguinte afirmação:

A minha versão dela, e porque envolve outras estórias, não viria nunca aliás a assumir nunca a forma de um romance ou de uma peça de ficção comum, mas antes a de uma narrativa com princípio e fim neste lugar perdido numa das regiões menos povoadas de Angola, da África e do Mundo. (CARVALHO, 2007, p. 19-20)

Definitivamente *Os Papéis do Inglês* não se trata de um romance “comum”. Dividida em três partes – Livro primeiro, *Intermezzo* e Livro segundo –, a obra se subdivide em fragmentos que, além de receberem uma data indicando o momento em que foram escritos (tal como ocorre em um diário), apresentam subtítulos que remetem o leitor à literariedade da narrativa. Além disto, a obra ainda apresenta subpartes numericamente indicadas: de 1 a 49. Ao final da quadragésima nona entrada, o narrador indica o local e a data de seu último registro literário: “Vitivi, 31 de Dezembro de 1999”.

O romance de Ruy Duarte de Carvalho – e não aquele que o narrador d’*Os Papéis* escreve –, todavia, não está acabado. Na seqüência dos nove dias (ou quem sabe noites³?) em que o processo da reescrita da crônica de Galvão é

³ *Nove Noites* é o nome de um romance de Bernardo Carvalho publicado em 2002. A atuação de seu narrador como antropólogo, as referências ao Estado Novo (neste caso, o brasileiro), a

literariamente exposto, verifica-se mais um registro no romance-diário, cuja data é bastante ilustrativa do contexto em que o autor escreve. É na passagem do ano, do século e do milênio que o fazer literário deixa de ser encenado, e a escrita assume o tom confessional próprio do gênero diarístico. O registro de 01/01/00, ainda que longo, merece ser transcrito devido à sua importância para o entendimento da obra:

Nesta passagem do ano, do século, do milênio, sei lá, entrei na minha tenda de dormir nem oito horas eram ainda porque chovia e não dava para estar sentado cá fora, perto do fogo e no meio do escuro, como acontece normalmente às noites. Ontem à tarde ocorreu uma configuração na paisagem de que nunca mais me vou esquecer. Todo este tempo tem sido de chuva e fui aferindo daqui, todas as tardes, os caminhos da água que inexoravelmente nos iam envolvendo umas vezes pelo sul e depois a rodar para leste, outras pelo norte, uma massa pesada e compacta de céu muito escuro que de oriente se estendia até muito longe, uma barreira azul-cobalto por detrás das nuvens mais próximas e das suas bordaduras, dos seus debruns, brancos e explosivos. Só o longínquo ocidente preservava uma faixa de céu limpo, que o sol atingiu quando ia a pôr-se e de onde irrompeu então essa luz verde, rasante e limpíssima, que acontece às vezes e incandesce mais do que ilumina. As superfícies brancas da lona da tenda e da chapa do jipe, o ocre do chão, as ramas dos mutiatis, as pedras e as roupas do Paulino e do sobrinho, tudo irradiava uma espantosa luminosidade autônoma. De costas para o ocidente, era o espetáculo destas fontes de inverossímil luz contra a barreira da chuva a leste, painel total. A envolver o acampamento todo, o jipe dum lado, a tenda do outro, duas árvores no meio e para além delas as pedras que nos servem de cozinha e as pessoas nelas, havia não apenas um, mas dois arco-íris, altos no céu, concêntricos e assentes no perfil do verde da mata próxima. E tudo exactamente no centro dos dois arcos. Uma coisa assim perfeita, concertada, determinada, irreal, e tão completamente ordenada em função daquele local, eclodia perfeita qual aparição e seria puro vício de prevenção não lhe conferir um estatuto de sinal. Mas era como numa gravura abusiva e kitsch, inverossímil e quase obscena pela artificialidade da composição e pelo excesso impudico da cor.(CARVALHO, 2007, p. 180-1).

Evidencia-se, assim, ao final do romance, que a reescrita da narrativa de Galvão foi um processo bem sucedido. A paisagem subitamente muda. A chuva que atingia Angola todas as tardes cede espaço para uma “luz verde, rasante e limpíssima” (CARVALHO, 2007, p. 180).

Se antes apenas o ocidente era coberto por uma faixa de céu limpo – enquanto o céu do oriente se resumia a uma massa pesada, compacta e escura –, agora, ao voltar suas costas para o ocidente, o narrador percebe a possibilidade de

investigação de uma morte ocorrida muitos anos antes (e sobre a qual se conhece pouco), e o diálogo com a obra conradiana, são alguns dos fatos que aproximam a obra do romance de Ruy Duarte de Carvalho.

observar um espetáculo inverossímil de fontes de luz, que ilumina a paisagem angolana. Isto, contudo, não significa que o ocidente e seus discursos sejam desconsiderados pelo narrador. Apenas não são os alvos principais de seu olhar.

Durante séculos valorizou-se a perspectiva ocidental em detrimento da banalização daquilo que dela se distinguia. Neste novo momento, o que o narrador da obra confirma é a possibilidade de se encontrarem tesouros não mais no ocidente. É em razão disto que, voltando suas costas para o ocidente, ele percebe dois arco-íris a sua frente. A paisagem angolana revela-se, então, como o verdadeiro lugar da riqueza (cultural, lingüística, literária e histórica), o que não deve ser compreendido tomando-se por base um padrão, mas levando-se em conta a importância de sua diversidade.

A opção por uma forma narrativa que, embora se aproprie de elementos da escrita ocidental, simultaneamente dela se distancie é, portanto, a aventura a que o narrador d’*Os Papéis do Inglês* assumidamente se entrega. Neste ponto, o termo “literatura de fronteira”, sugerido por Ruy Duarte de Carvalho em sua comunicação “Falas & Vozes, Fronteiras & Paisagens – escritas, literaturas e entendimentos”, torna-se bastante elucidativo para o entendimento das relações que se estabelecem entre a obra e a crônica de Galvão.

Como explica o escritor angolano, mais do que se referir ao confronto de uma língua em expansão que se interroga acerca de sua capacidade para entrar em uma paisagem e dizer dela no que se escreve, o termo “literatura de fronteira” vincula-se fundamentalmente ao fato de uma expressão literária ser capaz de perturbar o cânone da língua e da escrita invasoras a que recorre, colocando em causa o domínio de expressões localizadas nessa mesma língua (CARVALHO, 2006):

Fronteira, pois, como orla de alcance – por parte de uma expressão local (cultura), dentro de uma dada escrita – das expressões literárias dentro de uma língua e da história da sua escrita..... todas as expressões literárias locais se constituiriam assim como literaturas de fronteira em que a paisagem seria a língua maior, e aí, uma vez realizadas, se transmudariam em voz..... poderia talvez mesmo encarar-se a ousadia de entender como literatura de fronteira toda a escrita que pela sua maneira de dizer as coisas, virando fala que passa a ser voz, perturbe o poder que a língua também é. (*Ibidem*, p. 12)

Isto significa que, n’*Os Papéis do Inglês*, a perturbação da língua e da escrita enquanto veículos do poder revela-se sobretudo na forma assumida pela

narrativa. A obra que se apropria das estruturas de um diário de campo, bem como a de um romance, por meio da fusão entre escrita literária e registro documental, desestabiliza então o discurso colonial, bem como os padrões canonizados do gênero romanesco.

Para o narrador da obra, meia dúzia de minutos seria tempo suficiente para ele recontar a crônica de Galvão, ainda que eventualmente desejasse acrescentar ao seu final “o comentário de que ela detém sem dúvida um potencial dramático digno de uma peça literária acabada, a sério ou de um filme” (CARVALHO, 2007, p. 15).

Redigida na época em que Galvão realiza sua primeira viagem a Angola, a crônica traria refletido o perfil aristocrata do jovem oficial, o que, segundo o narrador, ajudaria a explicar a sua opção por afirmar que a morte do inglês havia sido provocada por uma arma de fogo – e não por um jacaré, como consta na versão de Luiz Simões. Em razão disto, tanto as circunstâncias envolvendo a morte do inglês, como a afirmação de que o assassinato do grego fora motivado por comentários acerca da aversão do inglês a mulheres brancas, seriam informações questionáveis (CARVALHO, 2007).

Todas as versões contêm perturbações inseridas pelos seus autores. É esta, então, a conclusão a que o narrador chega, e que lhe dá margem para o seguinte comentário: “Da mesma forma que eu, a deter-me agora nesta estória, haveria de introduzir muita perturbação e muita invenção minhas na versão das coisas. É isso que vai acontecer?... Depende... Tenho de ver primeiro o que estará a passar-se por aqui” (CARVALHO, 2007, p. 18).

Ver o que está a se passar é colocar-se em posição de observação. N’*Os Papéis*, porém, tal processo vai além. Na obra, o narrador se observa em sua própria observação do mundo, sendo a metáfora do rinoceronte só, “no meio da estepe e sem ninguém a vê-lo” (CARVALHO, 2007, p. 157) uma imagem exemplar para ilustrar este processo:

E se fui até ao fundo dos meus próprios abismos, e eu estava mesmo era a ver-me lá, não terei por certo deixado de colocar aquela desvairada interrogação que, desde há muito e entre todas, considero a mais abissal das que me ilustram o mistério: o que poderá pensar-se, saber-se, reconhecer-se, de um rinoceronte sozinho, no meio da estepe e sem ninguém a vê-lo? E quando uns olhos cintilantes de ironia, inteligência e ternura me perguntaram que estória era essa afinal de papéis e tesouros, não lhe terei dito que para responder a um desafio assim teria era mesmo

que contar-lhe muitas outras e variadas estórias? E não é isso que tenho estado a fazer, até agora?... (CARVALHO, 2007, p. 157)

Contar várias “estórias” para contar a história dos papéis e dos tesouros, eis então o que se verifica na narrativa. Papéis que, deixando de ser apenas do inglês, passam a ser também os do narrador...

Ao escrever a sua versão sobre a morte do inglês, o narrador d’*Os Papéis* reconhece a importância dos textos de Henrique Galvão em sua vida. Sua formação leitora, assim como a que lhe possibilitou se tornar um intelectual pós-colonial angolano, é exposta em seu discurso como processo vinculado a seu contato no passado com as narrativas coloniais portuguesas. Da mesma forma que a história angolana não pode ser desvinculada das implicações da colonização portuguesa, o narrador não desconsidera as relações que a vida e os escritos de Galvão estabelecem com sua própria vida e seus escritos.

É em função disto que afirma que, quando Henrique Galvão se apossou do paquete Santa Maria em 1961,

[...] ao ouvir a notícia numa fazenda de café na região do Uíge, mais precisamente do Quitexe, onde então me achava com 19 anos, [...] o que me ocorreu foi que o herói dessa aventura era o autor daqueles quatro ou cinco volumes da *Da Vida e da Morte dos Bichos* e de outros dois, encadernados em imitação de veludo verde, *A Caça no Império Português*, que tamanho lugar terão também ocupado na configuração das minhas vocações. Nunca fui caçador, mas mesmo assim. É que a certa altura também apareceram lá por casa, em Moçâmedes, outros livros de Henrique Galvão, o *Kurika* e o *Impala*, a que ele chamou *romances dos bichos do mato*, e sobretudo outros dois, emprestados, um com ilustrações: *Outras Terras*, *Outras Gentes*, e um romance que se chamava *O Velo d’Oiro*. Será que isto interessa para o que quero contar-te? Interessa sim, e também não hás-de levar a mal que me perca em tais divagações, são elas que me lançam no curso deste novo capítulo. E interessa também porque sem estes antecedentes eu não me teria visto a participar ativamente na dilapidação do espólio escrito de um posto administrativo da província de Benguela, quando aí cheguei em princípios de 76 para filmar um comício, depois da retirada dos sul-africanos, e vi sair de uma das janelas da secretaria, atirado para a rua pela fúria saneadora da população e junto com segundas vias de ofícios, um livrinho amarelo que fui apanhar e de que assumi a posse mal identifiquei. Era o tal *Em Terra de Pretos*, onde viria a deparar com a estória do Inglês do Kwando. (CARVALHO, 2007, p. 27-8)

Convém mencionar que a versão da morte do inglês exposta n’*Os Papéis* não se centra meramente no recontar da versão de Galvão. O passado colonial angolano é de fato revisitado na obra, porém, é simultaneamente expandido. Isto significa que à versão original são sobrepostas outras narrativas (literárias ou não)

e, assim, o futuro se revela como um mosaico construído agora a partir de fragmentos do passado encarados segundo uma nova perspectiva.

Para o narrador, recontar a história de Galvão não tem sentido algum se, para isto, ele tiver de omitir sua história, ou a daqueles que marcaram sua vida. Em razão disto, os papéis do inglês passam a ser por ele concebidos como documentos que teriam ficado sob a guarda de seu pai: “os presumíveis papéis do meu pai, seguramente os meus, os ‘meus papéis’ de tantas correrias, de tanta insônia, de tanto delírio” (CARVALHO, 2007, p. 161). A seu respeito, no início da obra, o narrador afirma:

Os papéis do meu pai, e logo os do Inglês na engenharia da minha imaginação e das conjecturas que destilava, na pista deles eu estava já então, seguramente, e eram um tesouro a procurar. Só não sabia ainda, nessa altura, estar também no encalce de tesouros daqueles que não se procuram, vêm ao teu encontro, hei-de chamar-te também a atenção para isso, e é desta forma que a procura e o achamento de tesouros se constitui como um dos “leit-motifs” do que tenho para contar-te. (CARVALHO, 2007, p. 38)

Há, então, um deslocamento do foco do narrador. Agora é a procura pelos papéis de seu pai que o impulsiona, e é ainda a história desta procura que gera a história da reelaboração da narrativa de Galvão. Logo, o que está em evidência não é mais a busca pelos papéis do inglês, mas sim, a busca do narrador pelos papéis de seu pai. Por meio deste procedimento, introduz-se na narrativa um discurso de “pós-memória”, termo definido por Beatriz Sarlo como “o discurso em que há o envolvimento da subjetividade de quem escuta o testemunho de seu pai, de sua mãe, ou sobre eles” (2007, p. 95).

Teles (2007) a esse respeito comenta que “não se trata da memória coletiva objetivada pela pesquisa histórica ou pelos lugares de memória ligados à dimensão identitária da cultura de uma nação ou grupo” (2007, p. 29): é a memória de uma segunda geração, originária daqueles que testemunharam pessoalmente determinado trauma coletivo (no caso do pai do narrador d’*Os Papéis do Inglês*, o trauma da opressão colonial).

Ao recontar os fatos que também se referem à vida de seu pai, o narrador do romance de Ruy Duarte de Carvalho evidencia o contar histórias como ato que depende de alguém que possa e queira ouvi-las. Na obra, é a amiga da sobrinha de Kaluter (e futura leitora d’*Os Papéis*), então, a interlocutora responsável pela

existência da narrativa. Sendo um processo dependente da existência daquele que escreve, daquele que lê, e da vontade de ambos em realizar suas respectivas tarefas, a escrita literária assume-se, portanto, como ato erotizado, como gesto motivado por um desejo:

Ela ouviu-me encolhida e atenta, agachada assim e a olhar-me de baixo por causa da pouquíssima altura do banquinho e da proximidade a que estava da minha cadeira, baixa também, com os joelhos unidos e os cotovelos apoiados neles. Mas mesmo com esta idade, e tanta estória atrás, depois há coisas que a gente nunca viu e eu não sabia de um olhar assim que ao mesmo tempo acolhia e encorajava o que eu dizia e até podia estar era a forjar respostas, ou perguntas (o que é comum e faz parte daquilo a que os especialistas chamam comunicação não-verbal), mas ao mesmo tempo me observava de muito longe e recolhia, de mim, não o que eu dizia mas o fluir de mim mesmo, enquanto o fazia. [...] “*O que faz você aqui?*” foi o que ouvi então, e estremei sem ser pela razão, foi mais pelo rasgo que uma voz daquelas, mineral assim, vinha abrir no hímen de alguma parte virgem que eu sabia em mim, “*Anda à procura de etnografias, de exaltações ou de tesouros?*” (CARVALHO, 2007, p. 153-4, *grifo do autor*)

Neste momento, o narrador, encarnação do intelectual pós-colonial angolano, experimenta o êxtase de ser ouvido em um contexto no qual é não raro ignorado. Como ele próprio afirma: “no meio acadêmico que era afinal o meu, o de Angola, não havia, institucionalmente até, espaço para o meu trabalho” (CARVALHO, 2007, p. 157).

Os Papéis do Inglês, portanto, antes de ser uma obra sobre a procura de papéis ou de tesouros, é uma obra a respeito de um intelectual que, nos últimos anos da guerra civil angolana, ouviu os outros e desejou ser ouvido. Em suma, um intelectual em busca do seu espaço no mundo. Seu discurso, ao trazer à tona os costumes dos povos pastoris angolanos, lança uma discussão acerca de seus papéis sociais, para que o leitor tenha a possibilidade de

[...] reconhecer nas comunidades e segmentos sociais referidos uma forma de coerência entre o *saber* e o *fazer*, que comunica modos de vida *resistentes* à incorporação disseminada em espaços econômica e culturalmente *globalizados*. Trata-se, portanto, do desvendar de mecanismo pelos quais este “sistema-mundo”, textualizado pelo imaginário da colonialidade, não é capaz de fazer de seus *papéis* os únicos a serem representados no “teatro” das relações entre diferentes sociedades e culturas. (MARQUES, 2007, p. 47, *grifo do autor*)

Em função disto, é possível afirmar que, neste romance de Ruy Duarte de Carvalho, a busca do narrador-intelectual não se restringe meramente aos papéis

do inglês. Por trás desta busca há também o desejo de revisar os papéis definidos pelo colonialismo português, de inserir uma discussão acerca da atuação do intelectual não-ocidental no início do século XXI, e de propor a valorização de práticas não ocidentais e não-ocidentalizadas como formas de resistência, ou seja, como alternativas aos modelos hegemônicos existentes.